

**DIVERSOS**

**20. PROPOSTA RELATIVA AO PROJETO FÉRIAS NAS PAUSAS LETIVAS**

Submete-se proposta relativa ao Projeto Férias nas Pausas Letivas, tendo em vista a criação de uma rede de parceiros que fomenta as respostas da comunidade local (sector lucrativo e não lucrativo) e alargamento de férias a desenvolver através da criação da rede de parceiros, proposta essa que se anexa.

## **PROPOSTA**

**ASSUNTO: PROJETO FÉRIAS NAS PAUSAS LETIVAS**

### **CONSIDERANDO QUE:**

1. De acordo com o artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), o município dispõe de atribuições nos domínios dos tempos livres, do desporto, da ação social e da cultura;
2. De igual modo, o artigo 33.º do diploma citado no ponto anterior, estabelece que são competências da Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para o município;
3. A ocupação saudável dos tempos livres constitui um contributo inequívoco para a formação e desenvolvimento das crianças e dos jovens;

### **CONSIDERANDO, AINDA, QUE:**

4. O Município de Braga, nos últimos anos, tem vindo a organizar programas de férias para crianças e jovens do concelho, através dos pelouros do Desporto, Juventude e Ambiente;
5. Estes programas têm abrangido cerca de 100 crianças por semana, durante o mês de julho;
6. É intenção desta autarquia procurar aumentar a oferta destes programas, nomeadamente alargando o seu período de aplicação;
7. No concelho de Braga existe uma oferta diversificada de programas de férias para crianças e jovens, organizados por instituições sem fins lucrativos, instituições públicas, tais como juntas de freguesias e museus, bem como agentes económicos, que importa considerar, valorizar e promover numa lógica de respostas partilhadas no concelho;
8. As crianças com necessidades específicas exigem determinadas valências e cuidados que obrigam à implementação de uma resposta concertada entre os diversos agentes: autarquias locais, instituições sem fins lucrativos, agentes económicos e segurança social.

**ASSIM,**

**ATENDENDO QUE:**

1. Os programas de férias atualmente organizados pelo município compreendem um custo social (diferença entre o custo da atividade e o valor pago pelo encarregado de educação) suportado pelo município;
2. No seguimento do número anterior, nas crianças sem qualquer desconto na inscrição, este custo social suportado pelo município ascende a 20€ por semana, sendo que nas crianças com o 1º escalão do abono ascende a 45€ por semana;
3. É fundamental que a atividade municipal não provoque desregulação do mercado, outrossim seja um complemento à ausência de resposta do mesmo, e desta forma assegure o regular e equilibrado funcionamento entre o setor lucrativo e não lucrativo;
4. É igualmente importante fomentar e apoiar a criação de respostas integradas que satisfaçam também as necessidades das crianças com necessidades específicas no período de férias letivas.

**EM FACE DO EXPOSTO, COM AS MEDIDAS A SEGUIR DISCRIMINADAS, PRETENDE-SE ALCANÇAR DOIS OBJETIVOS PRINCIPAIS:**

- A) Criação de uma rede de parceiros que fomente as respostas da comunidade local (setor lucrativo e não lucrativo);**
- B) Alargamento das respostas atualmente desenvolvidas pelo município.**

**MEDIDAS:**

**a) Programas de férias a desenvolver através da criação da rede de parceiros**

1. Criação de uma rede de parceiros sob coordenação dos pelouros da Educação, Inovação e Coesão Social em colaboração com o Pelouro do Desporto e Juventude, a concretizar até ao final do mês de outubro, que inclua, designadamente juntas freguesia e uniões de freguesia, instituições sem fins lucrativos, agentes económicos, com a identificação e caracterização das valências disponibilizadas por

cada um deles no âmbito desta temática.

2. No seguimento da constituição da rede de parceiros, deverão ser analisadas as respostas existentes, e, através dos pelouros citados no ponto anterior, desenvolvidas, por meios próprios do município ou por envolvimento de parcerias, respostas às necessidades das famílias que, no âmbito deste processo de caracterização da rede, não encontrem satisfação. Esta ação deverá estar concluída na primeira quinzena de novembro.
3. Criação de um fundo municipal, no montante máximo de 400.000,00 euros, que vise apoiar as famílias das crianças e jovens do concelho, com idades entre os 6 e os 15 anos, no caso das crianças e jovens com necessidades específicas até aos 18 anos, através da atribuição de um voucher semanal, a utilizar livremente na rede de parceiros, e que financiará a frequência de programas de férias.
4. O valor dos vouchers semanais será ajustado à situação económica do agregado familiar, nos seguintes termos:
  - i. 1º escalão de abono de família – 45€/semana
  - ii. 2º escalão de abono de família – 35€/semana
  - iii. 3º escalão de abono de família – 27,5€/semana
  - iv. 4º e 5º escalão de abono de família – 20€/semana
5. Cada criança pode beneficiar até a um máximo de 10 vouchers por ano civil.
6. As crianças inscritas nos programas de férias organizados pelo município beneficiam diretamente deste apoio social.
7. Para as crianças com necessidades específicas o município apoiará com um incentivo extra de 50€/semana/criança. Se estas crianças estiverem inseridas nos programas de férias organizados pelo município beneficiarão diretamente deste apoio social.
8. O pagamento do voucher será efetuado diretamente pelo município aos parceiros da rede.
9. O procedimento relativo ao funcionamento do voucher será elaborado pelos pelouros da Educação, Inovação e Coesão Social, em articulação com os parceiros da rede, de forma a ser aprovado pelo Executivo Municipal na segunda quinzena de novembro, a tempo de ser publicamente divulgado e concretizado na pausa letiva do Natal de 2022.

**b) Programas de férias a desenvolver diretamente pelo município**

1. Nas interrupções letivas do Natal, Páscoa e verão, o município passará a assegurar o desenvolvimento de campos de férias temáticos: desporto, educação, coesão social e ambiente que decorrerão em equipamentos municipais e escolas.
2. Estes campos inclusivos, terão capacidade para acolher no mínimo 100 crianças por semana, e as atividades asseguradas pelas equipas técnicas municipais e ou parceiros, bem como apoiadas pelo pessoal não docente dos agrupamentos de escolas.
3. Estes campos de férias estarão disponíveis para crianças com idades entre os 6 e os 15 anos, e no caso das crianças e jovens com necessidades específicas até aos 18 anos.
4. As crianças com necessidades específicas terão prioridade no acesso aos campos de férias até 50% das vagas existentes.
5. As crianças que frequentarem estes programas de férias beneficiarão diretamente do apoio social (voucher semanal), sendo os encargos a suportar pelos encarregados de educação os seguintes:
  - i. 1º e 2º escalão de abono de família – 15€/semana
  - ii. 3º escalão de abono de família – 25€/semana
  - iii. 4º e 5º escalão de abono de família – 40€/semana
6. Os procedimentos relativos ao funcionamento destes programas serão elaborados pelos respetivos pelouros, de forma a serem aprovados pelo Executivo Municipal na segunda quinzena de novembro, a tempo de serem publicamente divulgados e concretizados na pausa letiva do Natal de 2022.

À Consideração do Sr. Presidente,

Braga,   de \_\_\_\_\_ de 2022.

A Vereadora da Educação e Coesão Social

A Vereadora do Desporto e Juventude

---

Dra. Carla Sepúlveda

---

Dra. Sameiro Araújo